

Transições no cooperativismo de crédito solidário em Minas Gerais: um estudo de caso em perspectiva institucional

*Isabela Renó Jorge Moreira,
Almiro Alves Júnior,
Alair Ferreira de Freitas y
Paulo Henrique da Silva*

Resumo

Esta pesquisa é parte integrante de uma agenda de investigação e discussão sobre o cooperativismo de crédito solidário em Minas Gerais que busca desvelar a estruturação, organização e o impacto da inserção de um novo sistema cooperativo no estado. O objeto de estudo é uma cooperativa de crédito solidário, a Cresol Sudeste de Minas, antiga Creditag Fervedouro, localizada em Fervedouro/MG, que oferece produtos e serviços financeiros tendo como público prioritário a agricultura familiar. O objetivo é descrever a trajetória e o processo de estruturação da cooperativa Cresol Sudeste de Minas tendo como escopo o recorte temporal de 2007/2017, identificando as mudanças organizacionais difundidas a partir da transição da Creditag Fervedouro para o sistema Cresol. Foi utilizado o método de pesquisa qualitativo e descritivo, e se aplicou como estratégia de pesquisa o estudo de caso com a utilização de entrevistas semiestruturadas com atores chave. Conclui-se que a busca por legitimidade, o anseio de operacionalizar o PRONAF e as exigências impostas pelo ambiente externo foram fatores primordiais que culminaram a transição para o sistema Cresol, e as vantagens das mudanças organizacionais apresentadas pelos próprios cooperados e dirigentes da cooperativa vão além do almejado.

Palavras-Chave: Cooperativismo; cooperativismo de crédito solidário; institucionalismo; agricultura familiar

Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, Brasil

E-mail: isabela.moreira@ufv.br
almiro.junior@ufv.br
almiroalves@gmail.com
alair.freitas@ufv.br
paulo.silva4@ufv.br

Recibido: 23/07/2020 - Aceptado: 13/09/2020

Transitions in solidarity credit cooperatives in Minas Gerais: a case study from an institutional perspective

Abstract

This study is part of a new agenda for research and discussion on solidarity credit cooperativism in Minas Gerais that seeks to unveil the structuring, organization and impact of the insertion of a new cooperative system in the state. The object of study is a solidary credit cooperative, Cresol Sudeste de Minas, formerly Creditag Fervedouro, which offers financial products and services with priority for family farming, located in Fervedouro/ MG. The objective is to describe the trajectory and the structuring process of the Cresol Sudeste de Minas cooperative with the scope of the 2007/2017 time frame, identifying the organizational changes spread since the transition from Creditag Fervedouro to the Cresol system. The method used was either qualitative and descriptive, and the case study was applied as a research strategy with the use of semi-structured interviews with key actors. The search for legitimacy, the desire to operationalize the PRONAF and the demands imposed by the external environment were key factors that culminated the transition to the Cresol system, and the advantages of organizational changes presented by the cooperative members themselves and the cooperative leaders go beyond that they wanted.

Keywords: Cooperativism; solidarity credit cooperativism; institutionalism; family farming

Introdução

Ao buscar o acesso ao crédito, os agricultores familiares e a populações de baixa renda recorrentemente enfrentam dificuldades em localizar, no sistema de financiamento econômico usual (como os bancos), um formato de crédito que os abarque de forma satisfatória. Devido a essas lacunas, surgem as cooperativas de crédito solidário, que possuem objetivo de promover a inclusão social através de ferramentas financeiras para atender às demandas das populações excluídas do sistema financeiro convencional (BURIGO, 2006; SUCUPIRA; FREITAS, 2011).

As cooperativas de crédito são instituições financeiras, sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeitas a falência, que objetiva propiciar crédito e prestar serviços aos seus cooperados (BITTENCOURT, 2001). São empreendimentos nos quais os seus clientes são também os proprietários, que integralizam capital e recebem sobras proporcionalmente às suas transações financeiras ou devem se responsabilizar pelas perdas, caso ocorram.

No caso específico das cooperativas de crédito solidário do Brasil, localizada no estado de

Minas Gerais, observa-se nos últimos anos intensas mudanças, seja no âmbito interno, em sua gestão, ou externo, em termos de articulações e configuração do sistema cooperativo de crédito rural solidário no estado. É fundamentado nessas questões que se define o objetivo e o escopo deste estudo. O objeto deste estudo é uma cooperativa de crédito solidário, a Cresol Sudeste de Minas¹, que disponibiliza produtos e serviços financeiros, tendo como público prioritário a agricultura familiar. Sua sede está localizada em Fervedouro e possui postos de atendimento em sete municípios da Zona da Mata Mineira².

A cooperativa passou por diversas mudanças organizacionais até atingir o patamar atual e é esse processo o foco deste trabalho. O objetivo é descrever a trajetória e o processo de estruturação da cooperativa Cresol Sudeste de Minas tendo como escopo o recorte temporal de 2007/2017, identificando as mudanças organizacionais difundidas a partir da transição da Creditag Fervedouro para o sistema Cresol. A escolha da cooperativa se deu por sua experiência singular na região e foram identificados poucos trabalhos acadêmicos que a sistematiza. A partir do recorte analítico, espera-se com esta pesquisa não só a descrição de situações e procedimentos vinculados a atuação da Cresol Sudeste de Minas, mas a compreensão de como se estruturam e se reproduzem as estratégias e processos ligados às novas dinâmicas dentro da organização.

O marco teórico do institucionalismo dá suporte ao estudo, sendo uma abordagem que considera as organizações como agentes que atuam com vistas aos objetivos sociais e ambientais do grupo ao qual representa. Mas sem deixar de observar o papel dessas instituições como estrutura de ações normativas e reguladoras, o que implica na existência de relações de forças e de interesses divergentes entre os atores a qual se relacionam.

O conjunto de ações que produz maior institucionalização de uma organização dentro de seu campo organizacional, não é produzido exclusivamente para obter melhor desempenho administrativo e financeiro, podendo ocorrer também por outras questões, no qual pode-se destacar a procura por uma maior legitimação para atuar em seu campo (MEYER; ROWAN, 1997). Segundo Dimaggio e Powell (2005), as organizações não competem somente por recursos e clientes, mas por poder político e legitimação institucional, por adequação social e econômica.

Referencial teórico

Cooperativismo de crédito solidário

Apesar das organizações cooperativas atuarem no Brasil a aproximadamente 120 anos, Ide (2005) defende a análise da reconstrução histórica conceitual do cooperativismo no “campo-tema” ao longo do tempo, para trazer a luz distintas noções de cooperativismo construídas em diferentes períodos. Mas, para além das concepções temporais, a reflexão sobre cooperativismo de modo abrangente e convergente, regido por princípios universais³ é equivocado. Por isso

¹ No ano de 2018, a Cooperativa mudou sua nomenclatura para Cresol Minas, porém optamos por manter no estudo a nomenclatura da instituição no recorte temporal estudado.

² De acordo com dados disponibilizados pela Cooperativa no ano de 2018.

³ O cooperativismo mundialmente segue sete princípios universais básicos sendo eles: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade.

também precisamos discutir as especificações de cada vertente e tipificação de cooperativa.

Ao notar o cenário do cooperativismo brasileiro da década de 1980, Ide (2005), analisando o estado de São Paulo, notou dois contextos de cooperativismo que poderiam ser generalizados a todo território nacional. O primeiro tradicionalista, cuja principal teórica foi a professora da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), Divas Benevides Pinho. Na percepção da pesquisadora, as cooperativas são modelos organizacionais criados para inserção de seus cooperados no mercado, inserido exclusivamente em uma economia. A crítica estava essencialmente na ideologização da doutrina cooperativista, retratando até mesmo da necessidade de um cooperativismo “sem Rochdale”⁴, baseado em uma nova ordem econômica e social, fundamentada nos princípios da racionalidade econômica e administrativa (PINHO, 1982).

Divas Benevides Pinho (1982) lutava contra o cooperativismo subjetivo, apresentando a noção paradigmática das cooperativas quanto às questões econômicas. Segundo Ide (2005), para ela, os estudos sobre o cooperativismo no Brasil, até a década de 1980, raramente tratavam da análise econômica das cooperativas, o foco estava estritamente ligado a explicação “do que é” a Doutrina Cooperativista, estudos que envolviam a temática pouco se importavam em analisar “como defende”, “porque defende”, “quais são instrumentos analíticos” e “como o cooperativismo pode colaborar para mudanças socioeconômicas”.

O segundo contexto do cooperativismo brasileiro era apresentado pelo também professor da USP, Paul Singer, defensor da visão do cooperativismo como um braço dos movimentos sociais, voltado para a valorização de uma economia solidária. O cooperativismo, neste contexto, é considerado um “implante socialista”, sendo as cooperativas modelos organizativos estimulantes da autogestão nas classes proletárias (IDE, 2005). Entretanto, as cooperativas na visão de Singer era apenas um dos modelos organizacionais enquadrados nos empreendimentos com viés solidário.

As cooperativas com esse viés solidário se enquadram no modelo cooperativista definido por alguns autores como Chayanov (2017) como ramificação dos amplos movimentos de lutas pelos interesses das classes trabalhadoras. Segundo o Dieese (2016) qualquer empreendimento que se adeque ao fenômeno social e econômico para camadas populares pode ser caracterizado como Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

Compreendendo que as cooperativas são empreendimentos de natureza associativa vagando em um universo heterogêneo de ramos e especificidades, entende-se que há variações incorporadas nas próprias vertentes. Os tipos de cooperativas podem distinguir tanto por sua natureza quanto por seus interesses (NAMORADO, 2005; CHAYANOV, 2017). No Brasil, as cooperativas categorizadas como empreendimentos de economia solidária são aquelas cujo as principais entidades de representação a nível nacional e regional são a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e a Central de Cooperativas e Em-

⁴ O movimento cooperativista iniciou-se na Inglaterra, no início do século XIX, sendo que a primeira cooperativa foi criada em 1844 e ficou conhecida como a “Sociedade dos Probos de Rochdale”, apresentando princípios sociais de conduta das cooperativas que perpetuam até os dias atuais.

preendimentos Solidários (Unisol). De acordo com os dados do Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies) coletados entre 2009-2013, o país registrava 1.740 empreendimentos de Economia Solidária formalizados enquanto cooperativas, representando apenas 8,8% do total de EES, e em relação ao número de associados, a média é de 249 indivíduos por empreendimento.

Silva (2016) afirma que apesar da personalidade jurídica cooperativa ser a mais adequada para executar as atividades econômicas de cunho coletivo no país, percebe-se ainda a predominância dos EES em formatos associativos e grupos informais, 60% e 30,5% respectivamente. Nota-se duas discussões quanto a categorização e a formalização das cooperativas de EES. A primeira, os processos de constituição e formalização de cooperativas são complexos e extremamente burocráticos, o que desestimula a formalização desse tipo empreendimento e propicia a adoção de outros formatos organizativos. A segunda, está relacionada a dificuldade em definir tipologias específicas de cooperativas solidárias e os dados não são incisivos em relação às classificações, apesar de Singer (2002) definir quatro modalidades de cooperativas: produção, consumo, comercialização e crédito.

As cooperativas de crédito são instituições financeiras, sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeitas a falência, que objetiva propiciar crédito e prestar serviços aos seus cooperados (BITTENCOURT, 2001). São empreendimentos nos quais os seus clientes são também os proprietários, que integram capital e recebem sobras proporcionalmente às suas transações financeiras ou devem se responsabilizar pelas perdas, caso ocorram. No caso de cooperativas de crédito solidário, são geralmente constituídas por grupos que tentam enfrentar problemas derivados da pobreza (SUCUPIRA e FREITAS, 2011).

Essas cooperativas são alternativas que tem ganhado visibilidade no cenário nacional pelos benefícios que vem apresentando, tanto para os cooperados e suas famílias, quanto para os locais onde se encontram, a valorização de princípios do cooperativismo e da economia solidária, como a democracia, igualdade, autogestão, confiança, solidariedade, cooperação e sustentabilidade são elementos-chave do desenvolvimento dessas organizações. As cooperativas de crédito solidário são especialistas em serviços microfinanceiros e surgem para suprir as necessidades desses atores sociais.

As instituições financeiras convencionais possuem um caráter de exclusão generalizada e é por esse motivo que em todo o mundo surgem experiências voltadas ao microcrédito e as microfinanças (SUCUPIRA; FREITAS, 2011). Para atender um determinado nicho de mercado emerge a indústria microfinanceira, que tem como foco a oferta de serviços especializados para a população de baixa renda (ALVES, 2006).

A percepção que os bancos têm sobre segmentos sociais pobres é operacionalizada como um público de alto risco: inexpressivas (ou inexistentes) garantias, instabilidade dos pequenos empreendimentos, baixo nível de renda e, por conseguinte, de potencial de movimentação financeira. As pequenas quantidades de recursos demandadas e a falta de garantias patrimoniais exigidas pelas instituições financeiras representariam, então, alto custo de transação (SUCUPIRA; FREITAS, 2011: 4)

Segundo Búrigo (2006), microfinança é uma conceituação mais ampla na qual sua abrangência vai além do empréstimo, parte da alegação de que as camadas populares demandam outros serviços, que não se limita apenas ao acesso desse tipo de crédito, e que procuram maneiras informais ou formais de supri-las. Para Alves (2006), as organizações de microfinanças, como é o caso de parte das cooperativas de crédito, englobam serviços financeiros que viabilizem às pessoas a oportunidade de administrarem de forma mais adequada seus bens.

As cooperativas de crédito estão em acessão no Brasil e, de acordo com Búrigo (2006), essas organizações são conceituadas como elementares para o desenvolvimento de toda a América Latina. São instituições que oferecem produtos e serviços financeiros aos seus associados e seu diferencial está na relação existente entre cooperativa e cooperado. A distinção entre cooperativas de crédito e bancos tradicionais está essencialmente na concepção de que os próprios tomadores de crédito são também os ofertantes, compondo a dualidade de beneficiário dos recursos e os aplicadores deles. Ou seja, os próprios usuários dos serviços financeiros são os donos das cooperativas, administram o empreendimento por meio da autogestão (AMARAL, 2012).

Bittencourt (2001) afirma que uma cooperativa de crédito pode oferecer os mesmos serviços de um banco e determina que entre as principais diferenciações estão as taxas de juros, que são inferiores; na concessão de crédito, que não deve focar em grandes projetos e sim na capacidade e necessidade dos seus associados; o atendimento, que tende prezar pela pessoalidade; e as sobras, distribuídas aos cooperados e não aos empresários e acionistas.

Fundamentado em uma perspectiva baseada na valorização de princípios do cooperativismo e da economia solidária, como a democracia, igualdade, autogestão, confiança, solidariedade, cooperação e sustentabilidade, emerge um novo modelo de cooperativismo de crédito, as cooperativas de crédito solidário. As cooperativas de crédito inseridas na lógica da economia solidária operam com um público de baixa renda e de forma horizontalizada; enquanto as cooperativas de créditos tradicionais tendem a verticalizar os seus processos e valorizar a economia de escala, o que conseqüentemente gera uma eficiência operacional (FREITAS; FREITAS 2013; SUCUPIRA; FREITAS, 2011).

O cooperativismo de crédito solidário brasileiro surgiu nos anos 1990, operando essencialmente com público rural, atuando em menor expressão com os segmentos urbanos. Desde então, essas organizações assumem um importante papel ao ser instituições-chave na luta pela democratização de linhas de crédito rural, essencialmente às linhas governamentais como as do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e pela busca da valorização da agricultura familiar prezando pela participação social de seus cooperados, garantindo a autogestão (BÚRIGO, 2006).

Por não se enquadrar no público-alvo de bancos convencionais, muitas vezes pessoas mais carentes buscam alternativas informais de acessar crédito e se sujeitam a tipos de serviços com altas taxas de juros. A grande parte dos atos financeiros das populações de baixa renda ocorrem em mercados que agem de forma ilícita, sem nenhum enquadramento legal e acompanhamento técnico. Principalmente em pequenos municípios e no meio rural brasileiro, a população de baixa renda considera que agiotas e comerciantes locais são agentes que substituem os bancos

no que se diz a respeito à concessão de empréstimos. Entretanto, esses agentes que atuam em mercados imperfeitos e ilícitos e cobram altas taxas de juros, representam para muitos a única fonte de concessão de crédito (BÚRIGO, 2006).

O foco, em especial das cooperativas de crédito rural, é a agricultura familiar, segmento que historicamente foi alijado das políticas públicas de crédito do Brasil. Essas cooperativas são alternativas que têm ganhado visibilidade no cenário nacional pelos benefícios que vêm apresentando, tanto para os cooperados e suas famílias, quanto para o desenvolvimento local. Dentre os sistemas de crédito do Brasil, se destacam as que são vinculadas a Confederação Cresol, composta pelas cooperativas de crédito solidário cuja centrais são a Cresol Central, Cresol Sicooper, Ascoob e Cresol Baser (CRESOL CONFEDERAÇÃO, 2018). Essa pesquisa concentra-se em estudar uma cooperativa singular que compõe a Cresol Baser, que atualmente abrange nove estados localizadas em quatro regiões brasileiras.

Um dilema enfrentado por essas organizações é como manter o viés social e garantindo os benefícios econômicos. O Banco Central do Brasil (BACEN) define que as cooperativas precisam apresentar solidez financeira e ao mesmo tempo serem socialmente justa. Ou seja, as cooperativas de crédito estão sujeitas à adequação das normas de mercado, gerar resultados, serem competitivas, investir em tecnologias e profissionalizar a gestão, não obstante, respeitando os ideais do cooperativismo, de inclusão social, responsabilidade ambiental, taxas justas aos seus cooperados e prezando pela atuação local (BACEN, 2016).

Além de buscar esse balanceamento, as cooperativas enfrentam um outro desafio, independentemente de sua área de atuação, seguem exigências impostas pelo ambiente externo, em um âmbito no qual as organizações não possuem controle. No caso das cooperativas de crédito, o ambiente institucional que as condicionam é composto por um ambiente regulatório rígido, por isso seguem as normas e estão sob a supervisão dos órgãos fiscalizadores do Sistema Financeiro Nacional (FREITAS; FREITAS, 2013).

Ao longo de seus anos de atuação, essas organizações conquistaram um espaço significativo dentro do Sistema Financeiro Nacional e ampliaram de forma expressiva o seu quadro associativo e os territórios atendidos. O acesso a recursos no Sistema Financeiro Nacional e as obrigações normativas e regulativas do setor, as obrigaram a adaptar seu processo de governança e sua organização interna.

Institucionalismo e a busca pela legitimidade

A concepção de instituição que veremos neste trabalho é baseada nas interações sociais, são estruturas do tipo regulativo, normativo e cognoscitivo que dão estabilidade, significado e coerência ao comportamento social (SCOTT, 1995). As instituições são reconhecidas como agentes que atuam com vistas aos objetivos sociais e ambientais do grupo ao qual representa, mas sem deixar de observar o papel dessas instituições como estrutura de ações normativas e reguladoras, o que implica na existência de relações de forças e de interesses divergentes entre os atores a qual se relacionam.

As instituições orientam os comportamentos ao ajustarem quadros cognitivos ao conjunto de

significados que os atores disponibilizam para interpretar o comportamento de outros atores em uma dada situação social. A construção de regras de relacionamentos e interações em certos campos ou organizações trata, pois, da criação e reprodução de instituições.

A estruturação institucional dos campos organizacionais consiste em quatro elementos: (i) aumento na amplitude da interação entre organizações; (ii) surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizão interorganizacionais claramente definidos; (iii) aumento na carga de informações com a qual as organizações dentro do campo devem lidar; (iv) conscientização mútua de que estão em um negócio comum (DIMAGGIO; POWEL, 2005). Esse caráter gradativo da estruturação apresentado pelos autores assume uma característica processual que deve ser considerada nas análises, sinalizando que a institucionalização do campo está mesmo associada à consequente complexidade das relações interorganizacionais.

No processo dessa institucionalização, o isomorfismo é um elemento essencial, visto que simboliza um processo que pode impulsionar a homogeneidade das organizações que estão inseridas em condições ambientais equivalentes, levando assim a constituição dos campos organizacionais. Ao incorporar estruturas e práticas legitimadas no campo organizacional⁵, as organizações deixam de fazer parte de um sistema independente, o que consequentemente reduz as chances de insucesso (FREITAS; FREITAS, 2013).

Para Dimaggio e Powell (1999) os autores considerados neo-institucionalistas, da abordagem mais contemporânea do institucionalismo, enfatizam os processos de legitimação e reprodução social, refletindo nos formatos institucionais restritivos de comportamentos e quais as fontes de limitações, enfatizando as relações entre estabilidade e poder. Segundo March e Olsen (1984), abordar as questões institucionais facilita na reflexão quanto ao papel desempenhado pelos aparatos institucional na imposição de elementos de ordem em ambientes potencialmente imperfeito.

Meyer e Rowan (1999) explicam que há duas formas de ordenar as organizações. Ou são aquelas cujo êxito está diretamente relacionado à administração de suas redes de relacionamento, ou elas são institucionalizadas, mas seus resultados positivos são frutos de relações de estabilidade e confiança obtidos através do isomorfismo com normas institucionais. Os autores Dimaggio e Powell (2005) destacam três processos isomórficos, sendo eles coercitivo, mimético e normativo:

Identificamos três mecanismos por meio dos quais ocorrem mudanças isomórficas institucionais, cada um com seus próprios antecedentes: 1) isomorfismo coercitivo, que deriva de influências políticas e do problema da legitimidade; 2) isomorfismo mimético, que resulta de respostas padronizadas à incerteza; e 3) isomorfismo normativo, associado à profissionalização (DIMAGGIO; POWELL, 2005: 77).

Na interpretação de Peci (2006), o isomorfismo coercitivo é resultante de processos de

⁵ Partimos da concepção de campo organizacional, em sua proposição seminal de Dimaggio e Powell (2005), no qual o campo é tido como a totalidade dos atores relevantes que partilham um conjunto de significados e relacionamentos e que interagem entre si, compondo assim uma área importante da vida institucional.

pressões que podem ser realizadas por determinadas organizações vinculadas ou correlatas, nem sempre essas pressões são de cunho formal, muitas das vezes são determinações persuasivas. As mudanças organizacionais isomórficas normativas visam a busca pela legitimação dos fundamentos intelectuais desenvolvido por estudiosos, e pelo desenvolvimento de redes profissionais de modo a propagar novos modelos às organizações. Já o isomorfismo mimético ocorre principalmente através de transferências de informações, de conhecimentos nos quais organizações se moldam sendo esse processo intencional, quando se buscam empresas que possam instalar determinados métodos de produção, de gestão etc., ou sem nenhuma intenção, que ocorre de forma natural de acordo com os processos das organizações. (PECI, 2006).

As organizações, estrategicamente, visam se inspirar em organizações que em suas concepções são bem-sucedidas e mais legítimas. A expansão e a notoriedade de certos tipos de arranjos estruturais se dão muito mais pela universalidade dos processos miméticos, do que pelos indícios concretos de que os modelos escolhidos aumentam a eficiência da organização (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

A tendência da sociedade moderna é estimular a criação de organizações formais baseadas na racionalidade para se adaptar a contextos institucionalizados, impondo-as a introduzir novos procedimentos e práticas. Mesmo que a eficácia dos novos procedimentos e das práticas definidos no ambiente institucional e racionalizado não sejam imediatas, as organizações que as aderem se beneficiam em dois aspectos: na expansão de sua legitimidade e no aumento das suas expectativas de sobrevivência (MEYER; ROWAN, 1999).

Para Dimaggio e Powell (2005), utilizar como modelo outra organização é uma resposta à incerteza, sendo que esses modelos podem ser propagados de maneira explícita ou involuntária. Essa propagação, seja ela perceptível ou implícita, é explicada por Scott (2005) ao afirmar que os estudiosos do campo do institucionalismo reconhecem que as organizações são motivadas por modelos normativos e cognitivo-culturais que contribuem para a delinear estruturas adequadas e explicitar como fazer negócios para serem vistos como “jogador legítimo”.

A Figura 1 evidencia como a legitimidade é primordial para a sobrevivência das organizações, sendo equivalente em importância quanto aos recursos organizacionais necessários.

Figura 1: Esquema da legitimidade para a sobrevivência das organizações



Segundo Peci (2006), os mitos da racionalidade estão presentes nas normas que são institucionalizadas e racionalizadas, sendo que se a sociedade possui alto grau de modernização, também serão expressivas as estruturas racionalizadas. Para Meyer e Rowan (1991), os mitos nem sempre são componentes informais, pelo contrário os mitos podem atuar como elementos demasiadamente institucionalizados. Por esse fato, a busca constante pelo enquadramento nos mitos estabelecidos no campo organizacional é uma forma de alcançar a legitimidade e recursos necessários em um ambiente institucionalizado.

Os autores Meyer e Rowan (1999) ainda afirmam que as instituições, que são mitos ou os definem, existem para tornar as organizações mais fáceis de se criarem e mais formais possíveis. Os mesmos autores explicam que apesar do gerenciamento da eficiência das atividades, como apresentado na Figura 1, serem importantes para os processos organizacionais, nos ambientes institucionais complexos as organizações que conquistam sua legitimidade e os recursos necessários, sobrevivem sem ao menos dependerem diretamente de sua eficiência produtiva.

No ambiente institucional é exigido a legitimação, ou seja, modos pelos quais as organizações podem ser explicadas e justificadas. A legitimação se torna necessária a partir do momento que uma instituição simplesmente é um fato que não exige nenhum novo suporte, e assim esse elemento legitimador oferece outros significados que possuem a função de incorporar aspectos inerentes a processos institucionais díspares (BERGER; LUCKMANN, 1996).

Para Meyer e Rowan (1999), as principais implicações para as organizações que se tornam isomórficas são: a utilização de métodos de avaliações para determinar o valor dos elementos estruturais; a inserção de elementos que já são considerados legítimos mesmo que essa legitimidade esteja relacionada a eficiência; além disso, as organizações que dependem de instituições já estruturadas no campo organizacional tendem a diminuir as suas dificuldades, e sustentam uma certa estabilidade. O que se percebe é que as cooperativas de crédito de solidário também passam por este processo de adequação ao ambiente institucional, visando legitimação, mas também buscando a estabilidade financeira em um ambiente altamente competitivo e rigoroso com relação as normatizações.

Metodologia

Para a realização da pesquisa foi utilizado a abordagem qualitativa para aprofundar os aspectos não-numéricos da temática, proposta por meio de um método de natureza sociológica. Sampieri; Collado e Lucio (2003) explicam que a pesquisa qualitativa possui maior detalhamento, riqueza, dispersão interpretativa dos dados obtidos, além de proporcionar contextualização com o ambiente estudado. Para Gil (2010: 90) nos estudos qualitativos “costuma-se verificar um vaivém entre observação, reflexão e interpretação à medida que a análise progride”.

Em relação ao método, esta pesquisa consiste em um estudo de caso. De acordo com Yin (2010: 15), um estudo de caso “estuda um fenômeno em seu contexto real” e tem como objeto de estudo recorte específico, o que proporciona conhecimento amplo e detalhado sobre o fenômeno estudado (GIL, 2008).

No desenvolvimento da pesquisa empírica, se desempenhou a coleta de dados através da técnica da triangulação por meio de dados primários, secundários e observação participante. Em relação aos dados primários, estes foram coletados durante o ano de 2017, utilizando-se de entrevistas em profundidade com três membros da diretoria da cooperativa estudada. As entrevistas tiveram duração média de 75 minutos, sendo gravada com autorização dos entrevistados para posterior transcrição.

Utilizou-se como dados secundários os seguintes documentos: (i) ata de constituição da cooperativa (14 de fevereiro de 2006); (ii) Relatórios de Atividades e Balanço Social da Cresol dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017; (iii) Outros dados sociais e financeiros fornecidos pela própria instituição; (iv) Material de publicidade da organização, como folders, cartilhas e vídeos institucionais.

Em termos de observação participante, elas auxiliaram a compreensão de fenômenos organizacionais, sociais e políticos da organização (YIN, 2001), e ocorreram nos seguintes espaços: (i) Apresentação do Plano Safra 2017-2018, durante a Semana do Fazendeiro; (ii) Seminário em Defesa da Agricultura Familiar em Muriaé; (iii) duas reuniões de estruturação do Planejamento Estratégico da Cresol Sudeste de Minas; (iv) Encontros de negociações e aproximação institucional entre a Universidade Federal de Viçosa e a Cresol Sudeste de Minas.

Para Gil (2010), é importante fundamentar a pesquisa qualitativa conforme os métodos empregados, que nesse caso será representada pela pesquisa bibliográfica para a realização da fundamentação teórica. De tal forma, apresenta-se a definição do que é uma organização cooperativa e como têm atuado no setor de crédito, principalmente aquelas que se enquadram na categoria “solidária”, abordando-as como mecanismos de inclusão ao sistema de financeiro e do fortalecimento de pequenas atividades produtivas. Segundo Búrigo (2006), além de demarcar um campo político próprio de articulação que emergiu dentro do cooperativismo brasileiro, o termo “solidário”, associado ao cooperativismo de crédito, pretendeu sinalizar um conjunto de procedimentos e princípios que orientavam o funcionamento dessas organizações para além da “simples” gestão financeira.

Resultados e Discussões

Sistema Cresol: um modelo de sucesso.

Por pressão de diversos movimentos sindicais ao governo brasileiro na década de 1990, são criados programas governamentais de acesso a crédito para produtores rurais com mão de obra familiar, como Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (BITTENCOURT, 2003). No Paraná, em 1995, emerge a primeira cooperativa denominada Cresol, pautada nas discussões sobre a criação de cooperativas de crédito que permitisse o acesso aos recursos disponibilizados aos agricultores familiares pelos programas do governo federal.

Durante 1996 e 1997, a Cooperativa Central Cresol-Baser obteve a permissão para operacionalizar o Pronaf, dando um importante passo que futuramente definiria o Sistema Cresol

como um sistema de cooperativa de crédito consolidado e considerada modelo de sucesso para outras cooperativas da agricultura familiar (BITTENCOURT, 2003). A autorização para operar com o Pronaf nas cooperativas do Sistema Cresol foi estabelecido em convênio com o Banco do Brasil, sendo que estava autorizado a operacionalização do Pronaf Custeio por meio de repasses do Banco do Brasil às cooperativas.

Enquanto isso, a discussão da ideia de constituir cooperativas de crédito que olhasse especificamente para as necessidades financeiras da agricultura familiar, seguindo o exemplo da Cresol se espalhou pelo país. Em Minas Gerais, particularmente, a partir de 2006, foram organizados dois sistemas de cooperativismo de crédito solidário: o Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol), vinculado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), e o Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar (Creditag), vinculado a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg). A seguir demonstra-se especificamente da trajetória da Creditag sediada em Fervedouro.

De Creditag Fervedouro a Cresol Sudeste de Minas: as mudanças organizacionais

A discussão sobre as necessidades dos agricultores familiares em Minas Gerais se inicia na década de 1980, na região da Zona da Mata. Os agricultores e agricultoras familiares começaram uma mobilização essencial, com auxílio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), para traçar os rumos da agricultura familiar. As CEBs desenvolvem atividades além do seu âmbito religioso, são grupos que valorizam a expressão dos indivíduos que estão em vulnerabilidade econômica e social, oferecendo-os espaço de expressão para desenvolver a consciência crítica perante as injustiças sociais (FREI BETTO, 1981).

Dentro de uma realidade de lutas por melhores condições de vida no meio rural, a CEBs estimula a criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais que foram as primeiras estruturas organizacionais responsáveis pela defesa dos interesses dos agricultores e exigir garantias para a categoria, como é definido pela Constituição Federal. As CEBs já discutiam a proteção dos trabalhadores rurais antes mesmo de ser determinado em lei, sendo assim, em 1986, advindos das discussões das CEBs, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão do Monte Alto e Rosário da Limeira e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro iniciam suas atividades.

Uma das principais lutas travadas pelo movimento sindical surgiu no início dos anos 2000, quando se percebe que agricultura familiar necessitava de um instrumento que pudesse operacionalizar o crédito agrícola. Com a criação do Pronaf, em 1995, estabeleceu parceria entre o sindicato de trabalhadores rurais e o Banco do Brasil para liberação do Pronaf. Entretanto, mesmo com o processo de liberação dos recursos estabelecido em 1996 e 1997, os recursos do programa não chegavam até os agricultores. Estava claro naquele momento que a política adotada pelo Sistema Financeiro Nacional não estava preparada ou não estava interessada em ter como público-alvo a agricultura familiar.

De acordo com os atuais diretores da Cresol, diretores da antiga Creditag e os sócios-fun-

dadores, o pequeno produtor tinha dificuldade de acessar crédito nos bancos que existiam na época, eles sentiam que os bancos convencionais tinham receio em trabalhar com esse público. Para atender essas demandas, visto as diversas necessidades e dificuldades enfrentadas, a estratégia considerada pela agricultura familiar e suas organizações de representação na região da Zona da Mata de Minas Gerais, como mais adequada para o momento era a constituição de organizações de acesso ao crédito, que conseguissem suprir as requisições de crédito dos agricultores, especialmente daquelas linhas de crédito que poderiam ser acessados via Pronaf.

Os agricultores familiares e a população de baixa renda historicamente enfrentam dificuldades em localizar, no sistema financeiro tradicional, um formato de crédito que atenda suas necessidades de forma satisfatória (FREITAS; FREITAS, 2013; BÚRIGO, 2006; BITTENCOURT, 2003). Por isso, as organizações no modelo de cooperativa de crédito solidário mostraram-se adequado a esse segmento, uma vez que além do acesso Pronaf os agricultores necessitavam de outros serviços financeiros, e o acesso ao crédito de carteira própria poderia ser possível já que muitas vezes essas pessoas requisitavam baixos montantes de crédito.

Para compreender o funcionamento das cooperativas de crédito, em 2003, um grupo de lideranças da região participou de um curso de capacitação relacionado à temática. Após passar por anos de intensas discussões e mobilizações, o projeto de constituição de cooperativa de crédito exigido pelo BACEN foi enviado em 2005. Porém, somente no ano de 2006 nasceu juridicamente a Creditag Fervedouro, com 83 cooperados e, em junho de 2007, foi inaugurada a primeira sede. A Creditag eclodiu com a missão de promover a inclusão social de agricultoras e agricultores familiares ao facilitar o acesso a produtos e serviços financeiros, e atuar no fortalecimento e estímulo da interação solidária entre estes agricultores e suas organizações, por meio do crédito e da apropriação de conhecimento, visando o desenvolvimento local e regional com sustentabilidade.

A Creditag Fervedouro foi estruturada como resultado da parceria entre os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) dos municípios de Muriaé, Carangola, Miradouro e Eugenópolis que se comprometeram em cobrir os custos operacionais da cooperativa, que naquele momento não possuía recursos próprios para sua sustentabilidade econômica. O processo de constituição e consolidação de organizações de cunho social na maior parte das vezes acontecem devido às diversas parcerias estabelecidas, sendo que uma rede de organizações que defendem os mesmos interesses e trabalha conjuntamente para o alcance dos objetivos em comum.

Entidades populares, sindicatos e órgãos públicos são considerados por Búrigo (2006) organizações que estimulam as experiências solidárias no Brasil. Por isso, além das parcerias estabelecidas com os sindicatos locais, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (Ancosol) foram entidades primordiais para estabelecer articulações que possibilitasse a contratação de pessoal para a área contábil, e para o acesso a cursos e assessorias que favorecessem o desenvolvimento da cooperativa.

A princípio a cooperativa necessitava intensificar suas campanhas de divulgação principalmente com a propagação de seus produtos e serviços por meio de reuniões comunitárias. Além disso, iniciava-se um processo de inserção em um novo modelo de organização, que englobava diversas particularidades e exigências institucionais, e por essa razão capacitações, cursos e intercâmbios foram oferecidos aos colaboradores e ao corpo administrativo.

No ano de 2008 foram criados os Postos de Atendimentos (PAC's) como forma de aproximar a cooperativa dos municípios de sua atuação ou que estavam localizados em pontos estratégicos de expansão. Em 2009, a Creditag Fervedouro contabilizava quatro PAC's nos municípios de Muriaé, Rosário da Limeira, Eugenópolis e Miradouro, contendo, em agosto de 2009, 660 cooperados.

Mesmo que as cooperativas de crédito do estado de Minas Gerais tenham sido criadas com o propósito de operacionalizar o Pronaf, devido à falta de filiação a uma central de crédito e à fatores burocráticos isso ainda não era possível. Por isso, as cooperativas operacionalizavam apenas os recursos próprios. As linhas de crédito disponíveis em 2009 pela Creditag Fervedouro eram relacionadas ao bem-estar familiar, cheque especial, investimento agrícola, aquisição de automóveis, custeio agrícola de culturas vegetais, habitação rural, e uma linha que não exigia comprovação de utilização do recurso. As limitações faziam com que a cooperativa tivesse altas taxas de juros, que variavam entre 21,6% a 78% ao ano.

Todas as linhas de créditos disponíveis tinham como limite máximo por agricultor o valor de R\$ 5.000,00, uma vez que todos os recursos emprestados eram próprios, e em 2009 a cooperativa somava aproximadamente apenas R\$ 490.000,00 em aplicações financeiras e depósitos a prazo. Esses recursos somados ao Capital Social da cooperativa, era o total disponível para concessão dos financiamentos.

Devido a uma proposta de expansão do Sistema Cresol, em 2008, com suporte da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (Ancosol), Ministério do Desenvolvimento Agrário e do BACEN, e em consequência das carências da Creditag-MG, principalmente porque até aquele momento não estava vinculada a nenhuma central, foram firmados os convênios de cooperação técnica com a Cresol-Baser em 2009, sendo que o objetivo era agregar a Creditag Fervedouro à Cresol, formando a Cresol Sudeste (FREITAS; FREITAS, 2013). Naquele mesmo ano, foi criada a Base de Regional Serviços em Minas Gerais, a Cresol Base Minas. Para Bittencourt (2001) as bases regionais atuam na negociação e articulação com organizações, sendo alternativas que propiciam redução dos custos, facilita o monitoramento financeiro das cooperativas singulares, melhoram o atendimento dos cooperados.

Em março de 2010, iniciou-se a discussão da parceria entre as cooperativas, e naquele mesmo ano confirmou-se o termo de cooperação da Ecosol com a Cresol Base Minas. Mesmo pertencendo a movimentos sindicais diferentes, o termo de cooperação, que de alguma forma unia as duas cooperativas, foi visto como necessidade principalmente pelo presidente da Creditag na época. Seria primordial para integrar e unificar o cooperativismo de crédito solidário na Zona da Mata Mineira. Para se filiar ao sistema de cooperativas Cresol foi necessário primeiramente passar por um processo interativo. E mais que isso, era imperativo a adequação a resolução nº 3.859 de 2010 do Banco Central, especialmente a diversas normas de constituição impostas no

Art.3º, o que demonstrava que aquele processo poderia ser árduo e complexo.

Por essas razões, de fato, a primeira cooperativa do Sistema Cresol fora dos limites do sul do país, a Cresol Fervedouro, foi inaugurada em 2012, ou seja, dois anos após a efetivação do acordo de vinculação. Essa transição vai de encontro com a explicação de Dimaggio e Powell (2005) com relação a busca pela legitimação, uma vez que um determinado modelo organizacional externo foi escolhido como padrão por ser considerado propício para as cooperativas mineiras. O modelo não era necessariamente o mais eficiente para as cooperativas, mas pelo fato de o Sistema Cresol ser respeitado e reconhecido pelo BACEN, o tornou “mais legítimo” e oportuno para a incorporação (FREITAS; FREITAS, 2013).

Durante os anos posteriores o processo de expansão da Cresol para outros estados teve continuidade, em 2013 inaugurou-se sede em Rondônia, 2014 nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e 2015 em Goiás (CRESOL BASER, 2018). A difusão do modelo para diversas regiões do Brasil demonstra o quão semelhantes as organizações são direcionadas a tornarem, uma vez que a burocracia mantém a configuração organizacional homogênea (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

A partir dessa discussão, pode-se afirmar que as mudanças organizacionais ocorridas foram estimuladas por questões internas e externas à cooperativa. Quanto às questões externas, considera-se que foi um processo isomórfico coercitivo e mimético, de acordo com as concepções de Dimaggio e Powell (2005). Mimético uma vez que as cooperativas mineiras de crédito solidário pretendiam se espelhar em outra organização, na qual era vista como uma entidade exitosa em seu campo organizacional; e coercitivo uma vez que as cooperativas de crédito seguem rigorosas normas e regras de órgãos normatizadores, como a Resolução nº 4.434 de 2015 do BACEN, e sofrem pressões informais de atores inseridos em seu campo organizacional que afetam diretamente seus arranjos e comportamentos.

A consolidação da Cresol Sudeste de Minas

A Cresol Fervedouro, em 2016, passou a ter a nomenclatura de Cresol Sudeste de Minas. A Cresol Sudeste de Minas é uma cooperativa singular de crédito solidário localizada em Fervedouro/MG, vinculada a cooperativa central de crédito Cresol-Baser. Em 2017, possuía aproximadamente 5.500 cooperados, sendo que cerca de 80% do quadro social era composto por agricultores e agricultoras familiares da Zona da Mata de Minas Gerais. Até o ano de 2018, a área de atuação da cooperativa incluía treze municípios que são atendidos por sete postos de atendimentos distribuídos nos municípios da Zona da Mata Mineira de Muriaé, Eugenópolis, Rosário da Limeira, Miradouro, Carangola e Manhuaçu.

A legitimidade, a permissão para operacionalizar o Pronaf e os avanços alcançados pelo Sistema Cresol ao longo de sua existência foram elementos atraentes que favoreceram transição de Creditag Fervedouro para o sistema Cresol. As mudanças ocorridas nas cooperativas de crédito solidário em Minas Gerais foram orientadas para uma apropriação das exigências regulatórias, por meio do isomorfismo coercitivo das regras e normas, e pelo processo mimético visto a legitimidade do sistema Cresol no cenário nacional (FREITAS; FREITAS, 2013).

Nós éramos muito amadores com relação ao crédito. Eu sou capaz de dizer, mas não posso afirmar, se a gente continuasse da forma que a gente vinha trabalhando com o crédito, nós já tínhamos quebrado a Creditag. Ela já não existia mais não, eu acho que se a gente segue naquela mesma forma não tínhamos conseguido. (ENTREVISTADO 2).

Os dirigentes da cooperativa admitem que foram dois os principais motivos para a transição efetivada em 2012. O Sistema Cresol operacionalizava o Pronaf desde 1996, e era um sonho dos cooperados e dos diretores da Creditag o acesso aos recursos disponibilizados por essa política pública; e o sistema já era reconhecido pelo Banco Central e o Banco Nacional do Desenvolvimento, sendo visto como um modelo de sucesso que se espalhava pelo sul do país.

Na perspectiva de muitos cooperados e diretores, a operacionalização do Pronaf na cooperativa foi o ápice das conquistas provenientes da afiliação ao Sistema Cresol. Entretanto, ao analisar a gama de produtos e serviços oferecidos atualmente pelas cooperativas singulares filia-das à central Cresol-Baser compreende-se que os agricultores familiares começaram realmente a ser inserido no sistema financeiro visto que os produtos e serviços oferecidos atualmente se aproxima dos oferecidos por outras cooperativas de crédito e pelos bancos convencionais. Para mais, as exigências em relação a transparência e governança são fatores que trazem credibilidade para cooperativa nos municípios de atuação.

Com a chegada da Cresol, nós tivemos muito, muito mais acesso, muito mais facilidade e, portanto, a gente pôde avançar. Nós hoje temos uma entidade de crédito a qual você tem a credibilidade, conhece as pessoas que estão ali dentro, a transparência nos faz a gente ficar muito mais confortável pra poder ir até outras comunidades, divulgar o trabalho e ter essa relação (COOPERADO 1)⁶.

Meyer e Rowan (1999) afirmam que ao integrar a uma estrutura formal legitimada, em contrapartida é necessário um maior comprometimento dos membros internos, como também de elementos externos. Porém, esclarecem que pertencer a um sistema de subunidades e não ao uma organização independente, possibilita a redução de possibilidades de erros, e aumenta as chances de sucesso das organizações pela definição social.

Ao se incorporar ao Sistema Cresol, a cooperativa passou então por uma reorganização na governança interna e isso resulta em uma normatização de suas práticas administrativas, impactando diretamente na sua cultura organizacional e nas suas rotinas administrativas. A credibilidade que o Sistema possui e a discussão para abarcar novos públicos são também fatores constatado no processo de mudanças. As mudanças organizacionais não são notórias apenas no âmbito dos serviços e produtos prestados aos seus cooperados.

O Quadro 1, a seguir explicita outros aspectos que passaram por modificações para se adequar

⁶ Discurso de Cooperado, sócio fundador da cooperativa, em vídeo de homenagem de 10 anos de Creditag Fervedouro/Cresol Sudeste de Minas.

aos moldes definidos pelo Sistema Cresol. Por homogeneizar determinados aspectos, oferecer suporte para suas cooperativas singulares, determinar diversos mecanismos de supervisão e controle, pela cobrança por transparência, e por definir múltiplas ações estratégicas que favorecem as cooperativas e cooperados, fica evidente o porquê de a Cresol-Baser ser considerada uma organização reconhecida e influente no cenário nacional.

Os campos organizacionais que já estão estruturados estimulam às organizações que atuam

Quadro 1: Comparativo das características organizacionais

Aspectos característicos	CREDITAG FERVEDOURO	CRESOL SUDESTE DE MINAS
Público-alvo	Exclusivamente agricultores (as) familiares e suas famílias	Agricultores (as) familiares, microempreendedores e funcionários públicos.
Sistema de análise de risco de crédito	Análises informais, baseadas em redes de confiança.	Análises formais a partir de utilização de um <i>software</i> que calcula, com base em dados pessoais, os riscos da operação financeira.
Governança	Realizada de maneira improvisada e informal.	Baseada nas proposições exigidas pelo Banco Central do Brasil.
Legitimidade	Possuía eficiência e legitimidade questionada por diversas entidades do Sistema Financeiro Nacional.	Filiada atualmente à uma central de crédito consolidada no Brasil e respeitada pelo Banco Central. Em 2016 liberou R\$ 1,7 bilhão em crédito aos seus associados.
Estrutura organizacional	Cooperativas singulares "solteiras".	Cooperativas singulares, Bases Regionais, Unidades de Atendimento Desmembrada, Central Cresol-Baser, Cresol Confederação.
Profissionalização da gestão	Formações pontuais oferecidas em parceria com o Centro de Estudo Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata – CEIFAR/ZM.	Formações permanentes oferecidas pelo Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS), organização que está inserida no Sistema Cresol.

Fonte: Elaborado pelos autores

As transformações estruturais e organizacionais ocorridas no período entre 2007 e 2016, repercutiram em aspectos econômicos e financeiros. A análise pode ser intensificada quando

se observa a evolução do Patrimônio Líquido, dos Depósitos totais e do número de cooperados. Se observa a evolução do quadro social, que em 9 anos passou de 83 para 5.084 cooperados. O Patrimônio Líquido, que em 2009 era R\$ 17.000,00 e em 2016 chegou a R\$ 4.260.000, crescimento de 25.000 %. Já os Depósitos Totais, que no mesmo período saltou de R\$ 12.000,00 para R\$ 18.450.000,00, com aumento de 153.700%. Esses números sustentam a constatação de Dimaggio e Powell (2005), a qual certifica que as organizações que dependem de instituições já estruturadas no campo organizacional tendem a diminuir as suas dificuldades, e sustentam certa estabilidade.

As evoluções apresentadas podem ser explicadas a partir de uma análise realizada por Búrigo (2006) na qual apresenta as vantagens proporcionadas pelas ações do Sistema Cresol, e que consequentemente suscita o desenvolvimento de suas cooperativas. Dentre os benefícios elencados pelo o autor, destacam-se: i) a flexibilidade na liberação de financiamentos; ii) a vasta disponibilidade de serviços; iii) os baixos custos das operações, que atualmente podem chegar à 300% de diferença dos bancos convencionais; iv) o fomento de ações inovadoras e de aproximação entre a cooperativa central e suas singulares, o que gera o respeito pelas realidades regionais. Além disso, a maior divulgação, a credibilidade que o sistema possui e a discussão para abarcar novos públicos são também fatores primordiais para evolução econômica da cooperativa.

Para Búrigo (2006), as questões da ampliação do público abrangente de uma cooperativa de crédito solidário devem ser trabalhadas minuciosamente, uma vez que a atuação de um cooperativismo de livre admissão, especialmente em grandes centros urbanos e em cooperativas de crédito rural, pode ter como consequência o distanciamento dos princípios das finanças solidárias, das particularidades das micro finanças e do microcrédito.

De fato, a partir do crescimento exponencial em diversos indicadores financeiros da cooperativa e as suas mudanças drásticas, exigiu-se a intensificação de regras, controle e fiscalização para fortalecer a sua governança e funcionamento. E, ao almejar o desenvolvimento financeiro e a sua legitimidade no campo organizacional, a cooperativa enfrenta um dilema que os próprios movimentos sociais e STTRs têm discutido, que é de como o desenvolvimento financeiro pode afetar o caráter solidário da cooperativa e sua aproximação com cooperados, especialmente dos agricultores familiares.

Se a gente não tiver uma visão de saber equilibrar essa questão técnica dessa questão política, eu acho que nós podemos perder cada vez mais nossa identidade porque a concorrência é realmente muito forte, e a gente olhar só pelo lado da concorrência vai chegar um ponto que a gente vai tomar toda essa visão que a gente tem de cooperativa, de um sistema diferenciado, de uma forma de trabalhar diferenciada mais próxima do cooperado. Nesse ritmo sem saber equilibrar a importância gerencial e técnica, mas também valorizar a agricultura familiar, as lideranças, a diretoria, né?! (ENTREVISTADO 1).

Freitas e Freitas (2013) esclarecem que as mudanças isomórficas nestes casos apresentam duas vertentes opostas, sendo que uma é explicada pela notoriedade e legitimidade que se cria, e em contrapartida ela pode tornar a organização ineficiente aos seus objetivos morais, uma

vez que ao se inserir em um ambiente de estruturas institucionalizadas, as organizações são estimuladas a se tornarem mais seletivas e padronizadas, distanciando de seu público prioritário e pelo qual tais cooperativas foram criadas.

Considerações finais

Percebe-se a complexidade que abarca as organizações e que sua sobrevivência e desenvolvimento estão diretamente vinculados a fatores determinados pelo campo organizacional no qual estão inseridas. Ora os fatores são condicionados por pressões formais, determinadas por normas e regras protocoladas; ora por pressões informais, caracterizadas por mitos institucionalizados, como a busca por legitimidade e recursos. Essas pressões fazem com que as organizações busquem constantemente se enquadrar nos mitos e normas estabelecidos para se tornarem um “jogador legítimo” no campo organizacional.

Inseridas em um ambiente altamente institucionalizado, as cooperativas de crédito solidário são regulamentadas pelo Banco Central do Brasil que é a instituição que estabelece as regras de sua constituição e funcionamento. Muitas das vezes as normas determinadas por esse órgão são rigorosas e exigem certa eficiência de pequenas cooperativas de crédito, experiências marcantes de microcrédito, que não são vinculadas a cooperativas centrais são incapazes de cumprir, como foi o caso da Creditag Fervedouro.

Assim sendo, o isomorfismo coercitivo se fez presente uma vez que ele foi resultante de processos de pressões realizadas por determinadas organizações com alto grau de dependência, e o processo de mudança organizacional exigiu e/ou estimulou transformações nos arranjos e comportamentos organizacionais. O processo mimético também foi essencial para a transição da Creditag Fervedouro para Cresol, visto que os próprios cooperados e dirigentes esclareceram que se espelharam em outra organização, na qual era vista como uma entidade legitimada e de “sucesso”.

O processo de mudanças organizacionais exigiu que a Cresol Sudeste de Minas modificasse sua governança, ampliasse seu quadro social, aprimorasse sua gestão e seus métodos de análise de risco, se enquadrasse em uma estrutura organizacional hierárquica exigida pela a Cresol-Baser, e se tornou mais legítima e reconhecida, tendo como consequência a melhoria dos indicadores de desempenho perceptíveis entre 2007 e 2016. Assim, pode-se concluir que as transformações estruturais e organizacionais ocorridas também repercutiram em aspectos econômicos e financeiros da cooperativa.

Por outro lado, as cooperativas de crédito solidário surgiram, na maior parte dos casos, de mobilizações populares, em detrimento das necessidades de populações de baixa renda e agricultores familiares que muitas vezes não são considerados públicos de interesses dos bancos e das cooperativas de crédito tradicionais. Em tese, esse tipo específico de cooperativa deveria estimular a democracia, igualdade, autogestão, confiança, solidariedade e cooperação, mas o modelo atual difundido pela Cresol-Baser e suas tendências de desenvolvimento para as cooperativas singulares tendem a se tornar cada vez mais padronizadas e verticalizadas. Isso poderá afastar essas cooperativas dos princípios e do público para os quais elas foram criadas.

Referências

ALVES, S. D. da S. (2006) **Microfinanças**: democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central. Brasília: BCB, terceira edição.

AMARAL, I. C. (2012) **Fusões e incorporações e o desempenho das cooperativas de crédito brasileiras**. documento consultado en Internet el 06/02/2018 en <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/61/texto%20completo.pdf?sequence=>

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. (1996) **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes.

BITTENCOURT, G. A. (2001) **Cooperativas de Crédito Solidário**: constituição e funcionamento. Brasília: MDA.

BITTENCOURT, G. A. (2003) “Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural: uma experiência de economia solidária entre os agricultores familiares” en: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (coordinadores). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, segunda edição.

BÚRIGO, F. L. (2006) **Finanças e Solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil** documento consultado en Internet el 10/01/2018 en <http://lemate.paginas.ufsc.br/files/2016/06/279-728-1-PB.pdf>

CHAYANOV, A. V. (2017) **A Teoria das Cooperativas Camponesas**. Porto Alegre: UFRGS.

DIMAGGIO, P. J; POWELL, W. W. (2005) A gaiola de ferro revisitada: Isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE**, Volumen. 45, Nro. 2, p. 74-89.

DIMAGGIO, P. J; POWELL, W. W. (1999) “Introducción” en: POWELL, W. W; DIMAGGIO, P. J; POWELL. **El Nuevo Institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Económica.

FREI BETTO. (1981) **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense.

FREITAS, A. F. de. (2013) Organizações de microfinanças: inovações e desafios para a inclusão financeira. **Rev. Adm.**, UFSM, Santa Maria, Volumen. 6, Nro. 1, p. 39-54.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. (2013) Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, Volumen. 47, Nro. 4, p. 999-1019.

GIL, A. C. (2008) **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, sexta edición.

GIL, A. C. (2010) **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, quinta edición.

IDE, R. M. (2005) Uma análise das diferentes noções do cooperativismo na perspectiva construcionista. **Psicologia & Sociedade**, Volumen 17, Nro 2, p 70-78.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. (1984) The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life. **American Political Science Association**, Volumen 78, Nro. 3, p. 734-749.

MEYER, J.W.; ROWAN, B. (1999) “Organizaciones institucionalizadas: la estructura formal como mito y ceremonia” en: POWELL, W.W.; DIMAGGIO, P.J (coordinadores). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. Mexico: Universidad Autonoma del Estado de Mexico.

NAMORADO, R. (2005) “Cooperativismo: um horizonte possível” en: GEDIEL, J. A. P (coordinadores). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, p. 9-38.

PECI, A. (2006) A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos Ebape**, Volumen 4, Nro.1.

PINHO, D. B. (1982) **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, segunda edición.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. (2003) **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill.

SCOTT, W. R. (2005) Organizaciones: características duraderas y cambiantes. **Gestión y Política Pública**. Volumen 14, Nro.3, p. 439-463.

SCOTT, R. W.; S. CHRISTENSEN (1995) **The Institutional Construction of Organiza-**

tions. International and Longitudinal Studies. London: Sage Publications.

SINGER, P. (2002) “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil” en: SANTOS, B. S. (coordinador). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SUCUPIRA, G. I. C. S.; FREITAS, A. F de. (2011) Cooperativismo de crédito solidário: um arranjo institucional em prol do desenvolvimento local. **Revista Eletrônica do Prodema.** Volumen 6, Nro.1, p.23-40.

YIN, R. K. (2001) **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, segunda reimpressão.

Otros documentos

ANCOSOL divulga os dados consolidados, Portal do cooperativismo financeiro (2018) documento consultado en Internet el 17/02/2018 en <http://cooperativismodecredito.coop.br/2010/04/ancosol-divulga-os-dados-consolidados-de-2009/>.

Confederação Cresol, Portal do cooperativismo financeiro (2018) documento consultado en Internet el 17/02/2018 en <http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenariobrasileiro/dadosconsolidados-dos-sistemas-cooperativos/confesol/>.

Cooperativas Centrais, Confederação Cresol (2016) documento consultado en Internet el 18/07/2018 en <http://www.cresolconfederacao.com.br/>.

Cooperativismo de crédito: desafios e oportunidades, BACEN (2016) documento consultado en Internet el 23/08/2018 https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Apresentacao_Isaac_Ferreira_Sicredi_26-8-2016.pdf.

DIEESE (2016) **A produção de informações no Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo.** São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Expansão Cresol, CRESOL-BASER documento consultado en Internet el 15/01/2018 en <https://www.cresol.com.br/site/noticias/interna?id=590>.

Institucional, CresolBaser(2018)documentoconsultadoenInternetel23/08/2018<https://cresol.com.br/institucional/>.

Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos, SILVA, S. P. (2016) documento consultado en Internet el 09/02/2018 em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf.

Produtos e serviços, CRESOL-BASER. documento consultado en Internet el 09/02/2018 en <http://www.cresol.com.br/site/home.php>.